

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007 (Aposos os Projetos de Lei nº 70, de 2007, nº 332, de 2007, e nº 1.908, de 2007) (Do Sr. Jorge Bittar)

*Dispõe sobre a comunicação
audiovisual social eletrônica de
acesso condicionado e dá outras
providências.*

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o art. 20 do Substitutivo ao Projeto de Lei n.º 29, de 2007:

Art. 20 O tempo destinado à publicidade comercial em cada canal de programação não poderá exceder 10% (dez por cento) do total diário e 15% (quinze por cento) de cada hora.

JUSTIFICAÇÃO

A venda de espaço publicitário insere-se no campo da livre iniciativa, princípio fundamental estabelecido no Art. 1º, IV da Constituição Federal. Trata-se, portanto, de ação essencialmente vinculada à iniciativa das Operadoras e Programadoras, no sentido de obter receitas e, conseqüentemente, alavancar sua vida econômica. Tolher tais iniciativas significa afrontar o citado princípio constitucional.

Acrescente-se o fato de ter, a verba publicitária, o condão de equalizar o preço do produto final ofertado aos Assinantes, sendo certo que a limitação ao direito de vender espaço publicitário irá encarecê-lo.



7EAEAAC306

Mais ainda, a publicidade também se caracteriza como informação ao consumidor sobre um determinado produto ou serviço, direito esse garantido pela Constituição Federal (Art. 5º, XIV).

Finalmente, é certo que o ramo publicitário já se submete a regulamentação eficaz, tal como se infere do Código de Auto-Regulamentação Publicitária, bem como das demais normas endereçadas àquele setor.

Sala das Comissões, de dezembro de 2007.

Jorginho Maluly
Deputado Federal – Democratas/SP



7EAEAC306